



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 20 DE MARÇO DE 2018

Pelas vinte e uma horas do vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão extraordinária, nas instalações da Junta de Freguesia, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PARTIDO SOCIALISTA -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Sebastião José Gonçalves Carqueja -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

João António Pereira Calheiros -----

Emanuel dos Santos Loureiro Cardoso -----

Ana Paula da Conceição Barbosa -----

PPD/PSD -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Rui Alexandre Leal dos Santos Leitão Marques -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Pedro Afonso de Albuquerque Amaral e Almeida -----

Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias -----

CDS-PP -----

Anabela Gonçalves Lucas -----

Ana Isabel Zenha Leite Tavares -----

Ana Paula Mendes Dias de Oliveira Ferreira de Almeida -----

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – PCP-PEV -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PARTIDO SOCIALISTA -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

CDS-PP -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

Alexandra do Almurtão Coelho Lourenço Jóia -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Pedro Amaral e Almeida, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Discussão e deliberação sobre a proposta de Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano de 2018; -----

Ponto 2. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 03/2018 – Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários; -----

Ponto 3. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 13/2017 (Novo Mandato) – Diretivas de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família; -----

Ponto 4. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 01/2018 – Protocolo entre a Freguesia e a Academia dos Miúdos, Lda.; -----

Ponto 5. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 04/2018 – Regulamento de funcionamento da Casa da Cidadania; -----

Ponto 6. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 05/2018 – Aceitação de donativos em espécie recebidos no ano de 2017 para integrarem o património da Freguesia – Alteração ao Inventário; -----

Ponto 7. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de colaboração celebrado com o Agrupamento de Escolas das Laranjeiras, no âmbito do Plano Individual de Transição (PIT) do aluno João Barros Louro Martins; -----

Ponto 8. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de parceria celebrado com o Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa, o Agrupamento de Escolas das Laranjeiras e o ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, no âmbito do Projeto Clube do Zoo – Mar e Comunidade Escolar; -----

Ponto 9. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de cooperação e desenvolvimento de atividades a celebrar com a RNI – Associação Rede Nacional de Incubadoras. -----

Período de antes da ordem do dia -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, começou por solicitar aos respetivos proponentes a apresentação dos documentos que foram entregues à Mesa da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

De acordo com as inscrições dos membros da Assembleia para intervir neste ponto, toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que apresentou uma proposta que se encontra discriminada na fase da respetiva votação. Este documento encontra-se anexado à presente Ata. -----

Toma a palavra **Ana Tavares**, do CDS-PP, que apresentou os documentos submetidos pelo CDS-PP à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que apresentou os documentos submetidos pelo Bloco de Esquerda à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Sendo a presente uma sessão extraordinária, o **Presidente da Mesa** colocou à consideração do plenário a admissão dos documentos anteriormente apresentados pelos respetivos proponentes para discussão e deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Aprovada a admissão dos documentos, toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que passou a apresentar, com recursos visuais, o conteúdo do documento intitulado "Proposta de alteração ao zoneamento da EMEL para a Freguesia de São Domingos de Benfica", o qual foi posteriormente anexado à presente Ata. -----

O **Presidente da Mesa**, Pedro Amaral e Almeida, usando da palavra sobre esta proposta, justificou a sua pertinência com a necessidade de amenizar uma solução que classificou de péssima, a qual prevê a divisão da freguesia em dezasseis microzonas de estacionamento pago, nas quais os moradores apenas estão isentos de pagamento na sua microzona de residência e numa adjacente, estando praticamente equiparados aos não residentes na área de Lisboa. Assim, deixou claro que estando o PSD em total desacordo com esta solução prevista pela gestão socialista na Câmara Municipal de Lisboa, amplamente penalizadora para os residentes, decidiu apresentar uma proposta que visa de alguma forma minimizar os seus nefastos efeitos, prevendo a criação de apenas quatro zonas distintas, em vez das dezasseis microzonas originais. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do BE, que expressou a sua preocupação com a previsível redução do número de lugares de estacionamento, perguntando se este continuará a responder às reais necessidades da população. -----

Tomaram a palavra **Ana Tavares** e **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que passaram a apresentar com maior detalhe os documentos submetidos pelo CDS-PP à Mesa da Assembleia de Freguesia, os quais foram posteriormente anexados à presente Ata. ----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Em seguida, a eleita pelo CDS-PP, **Anabela Lucas** apresentou um voto de protesto pela não inclusão, na presente sessão, de um período aberto à participação do público, solicitando esclarecimentos acerca da assunção de responsabilidades por esta decisão. Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que relativamente à recomendação sobre a divulgação dos contactos dos eleitos, sugeriu a criação de uma conta de correio eletrónico institucional para cada um dos membros da Assembleia de Freguesia. -----

O **Presidente da Mesa** suspendeu os trabalhos por um curto período para análise dos documentos apresentados. -----

Retomados os trabalhos, toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que passou a ler os documentos submetidos pela eleita do Bloco de Esquerda à Mesa da Assembleia. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que relativamente à moção sobre a EMEL apresentada pelo Bloco de Esquerda, e estando plenamente de acordo com a parte sobre ouvir a população, não deixou de salientar que o vereador do Bloco de Esquerda aprovou a proposta de divisão da freguesia em dezasseis microzonas em sede de Câmara Municipal, indo contra os interesses da Freguesia de São Domingos de Benfica, pelo que a posição agora adotada pela eleita do Bloco de Esquerda aparenta ser contracorrente. Ademais, embora idílica, classificou de irrealista a intenção expressa de travar a expansão da EMEL na cidade de Lisboa. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do BE, que afirmou que o mapeamento proposto já estaria delineado antes da eleição do vereador do Bloco de Esquerda, uma vez que tal proposta foi submetida a discussão pública em agosto e as eleições autárquicas ocorreram em outubro. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que esclareceu que não obstante o período de consulta pública, a proposta final foi aprovada na Câmara e Assembleia Municipal no mês de fevereiro de 2018, na primeira instância efetivamente com o voto favorável do vereador do Bloco de Esquerda, pelo que a posição agora adotada pelo Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia é manifestamente contraditória. -----

O **Presidente da Mesa** passou a palavra a **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que declarou que sendo a mobilidade uma das principais preocupações nas grandes metrópoles, o avanço da EMEL é uma inevitabilidade, não podendo ser desvalorizado o seu trabalho que em muito veio facilitar a mobilidade na cidade de Lisboa. Louvou igualmente o trabalho realizado pelo executivo nesta questão do estacionamento, bem como a abertura e disponibilidade para ouvir a população nesta matéria, ao contrário do que consta na moção apresentada. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Findas as intervenções, o **Presidente da Mesa** passou de imediato à votação dos quinze documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos, cujos resultados são seguidamente discriminados. -----

(doc.1) Proposta de alteração ao zoneamento da EMEL para a Freguesia de São Domingos de Benfica (PSD), aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDS e CDU, um voto contra do PS, e abstenção do BE. -----

(doc.2) Moção “Praça General Humberto Delgado” (CDS-PP), rejeitada, com os votos contra do PS, votos a favor do CDS-PP e as abstenções do PSD, CDU e BE. -----

(doc.3) Recomendação “Condições mínimas de circulação para peões—Rua Francisco Gentil Martins” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS. -----

(doc.4) Recomendação “Sinais dos semáforos com aviso sonoro” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS. --

(doc.5) Recomendação “(Freguesia de São Domingos de Benfica)” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e votos contra do PS. -----

(doc.6) Recomendação “Rua Cidade de Cádiz vs. degraus partidos vs. higiene urbana” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS. -----

(doc.7) Recomendação “Rua Roberto Duarte Silva vs. chão desnivelado” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS. -----

(doc.8) Recomendação “Cartão de Autarca” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e votos contra do PS. -----

(doc.9) Recomendação “Fotografia e contatos de todos os membros da Assembleia no site da Junta de Freguesia, Facebook e Revista de São Domingos de Benfica” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e votos contra do PS. -----

(doc.10) Recomendação “Sinais na Rua das Laranjeiras” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS. -----

(doc.11) Recomendação “Rebaixamento dos passeios – Estrada das Laranjeiras” (CDS-PP), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS. -----

(doc.12) Recomendação “Rua Roberto Duarte Silva vs. buraco” (CDS-PP), aprovada por unanimidade. -----



RA
df

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

(doc.13) Voto de Saudação “8 de março – Dia Internacional dos Direitos das Mulheres” (BE), aprovado por unanimidade. -----

(doc.14) Moção “Projeto de requalificação da Praça de Espanha” (BE), aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, CDU e BE, e votos contra do PS. -----

(doc.15) Moção sobre estacionamento tarifado pela EMEL (BE), rejeitada, com os votos contra do PS, votos a favor do CDS e BE, e abstenções do PSD e CDU. -----

1. Discussão e deliberação sobre a proposta de Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano de 2018. -----

O **Presidente da Mesa** passou a palavra ao **Presidente da Junta**, que solicitou a autorização do plenário, através da Mesa da Assembleia, para que este ponto seja apresentado pela Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia. -----

Não havendo nada a opor por parte do plenário, tomou a palavra **Raquel Albuquerque**, Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia, que passou a apresentar em traços gerais a proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2018, incidindo especialmente nas rubricas e orgânicas reestruturadas. Salientou que a Junta de Freguesia manterá todas as atividades que tem vindo a efetuar, sendo que algumas das rubricas serão reforçadas com a inclusão do saldo de gerência de 2017. O Orçamento para 2018 ascende a €5.626.000,00 (cinco milhões seiscientos e vinte e seis mil euros) de receitas, propondo-se o executivo a reduzir gradualmente a dependência das transferências externas – cerca de 68% (sessenta e oito por cento) do Orçamento – para a sustentabilidade da freguesia. Do lado da despesa, elencou aquelas que são as principais rubricas, dando-se primazia a um forte investimento no espaço público, higiene urbana e educação, além de um reforço nas áreas da comunicação e novas tecnologias, mercados e feiras, entre outros, e ajustamentos nas despesas com pessoal e nos valores previstos em protocolos firmados e contratos de delegação de competências. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que registou o seu agrado pela retificação da estrutura da receita, a qual se encontrava empolada por considerar valores que legalmente ainda não se encontravam disponíveis, razão primordial para o PSD ter chumbado o Orçamento anteriormente, visto ser a receita orçamental que permite a execução da despesa prevista. No entanto, manifestou o seu desagrado por verificar estarem a ser utilizadas receitas correntes para suportar despesas de capital, o que poderá representar uma descapitalização da Junta de Freguesia a longo prazo. Realçou ainda a notória falta de investimento na área social e na educação. Face ao exposto, concluiu declarando que as Opções do Plano e Orçamento para 2018 não espelham



Handwritten signature in blue ink

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

aquelas que seriam as opções caso fosse o PSD a elaborar tais documentos previsionais. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que suscitou algumas questões relacionadas com as Opções do Plano, como a estratégia a implementar para a dinamização do Mercado de São Domingos de Benfica, regulação do estacionamento pago de modo a não penalizar os residentes, colocação de ecopontos subterrâneos, quais os critérios de atribuição do Fundo de Emergência Social e cabazes de Natal, número de processos sinalizados e acompanhados pela CPCJ, inclusão no Orçamento da construção do polidesportivo e requalificação da Estrada da Luz, entre outras. Relativamente ao Orçamento, e chamando a atenção para a verba elevada destinada a avenças nas mais diversas áreas, declarou que o Bloco de Esquerda votará contra a proposta em apreço na medida em que esta aparentemente não contempla o processo de regularização dos precários do Estado, priorizando a subcontratação de serviços que deveriam estar sob a alçada da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Ana Almeida**, do CDS-PP, que declarou que após análise cuidada do Orçamento, torna-se surpreendente a não aplicação do método de duodécimos em todas as rubricas orçamentadas, o que revela uma metodologia pouco consistente. Questionou as alterações orçamentais ao nível das despesas com pessoal, a falta de cabimentação para integração dos profissionais em situação precária – indagando qual a posição e as responsabilidades diretas do executivo nesta matéria – e as reduções drásticas nas rubricas afetas à cultura, ação social e apoio técnico geral. Em relação às refeições escolares, perguntou se estas são devidamente planeadas no sentido de providenciar uma dieta rica e equilibrada para as crianças e se é realizada uma auditoria à segurança alimentar. Questionou a verba afeta à construção de um pavilhão gimnodesportivo, perguntando se foi efetuado um estudo de viabilidade económica e financeira desta infraestrutura, que custos acarretará para a freguesia ao nível da sua manutenção e se foram estudadas eventuais parcerias com os clubes da freguesia. Por outro lado, solicitou esclarecimentos sobre o reforço de rubricas em áreas como o desporto e associativismo e apoio técnico naquilo que se prevê que sejam trabalhos especializados. Por fim, indagou acerca da viabilidade económica da incubadora de empresas a criar e que recursos se prevê que possam ser obtidos para financiar esta operação e com que benefícios para a freguesia. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2018 aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, os votos contra do CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PSD. -----



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que indicando que o PSD apresentará uma declaração de voto por escrito, referiu apenas que o Partido Social Democrata sempre assumiu o compromisso de fazer uma oposição positiva, discutindo cabalmente os assuntos, procurando consensos e defendendo intransigentemente os superiores interesses da população. Neste sentido, não sendo a bancada do PSD movida por quaisquer questões pessoais, e estando assegurada a legalidade dos documentos previsionais apresentados, foi seu entendimento que a população sairia prejudicada pela não aprovação do Orçamento para 2018, razão pela qual optou por se abster neste ponto. Relembrou ainda que tratando-se de um instrumento de gestão, o Orçamento aprovado pode ser alterado e ajustado em sede de reunião de executivo. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que acrescentou que esta abstenção, viabilizando a aprovação do Orçamento para 2018, não significa que o PSD deixará de estar atento à execução das opções delineadas pelo executivo da Junta de Freguesia, cumprindo integralmente o seu papel de fiscalização. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que justificou o voto contra com a inexistência de alterações substanciais nos documentos apresentados, comparativamente à versão anteriormente chumbada. -----

Toma a palavra **Ana Almeida**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto, na qual justifica o voto contra com o facto de os documentos apresentados não introduzirem alterações substanciais aos anteriormente reprovados, sendo reveladores das limitações políticas e financeiras do executivo, bem como da sua falta de criatividade para encontrar soluções para os problemas da freguesia. Mais lamentou a postura de total incoerência e falta de dignidade política da bancada do PSD, que envergonha a direita e trai a confiança depositada pelos fregueses de São Domingos de Benfica alegadamente em troca de cargos remunerados, viabilizando a aprovação de um orçamento que tanto criticou e enxovalhou, denunciando, como lhe competia, a vergonha das políticas socialistas na freguesia. Declarou que o presente Orçamento nunca seria aprovado pelo CDS-PP nos moldes apresentados, dando alguns exemplos, nomeadamente na área da educação e transportes escolares, que aparentemente confirmam a falta de liquidez financeira da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. Afirmou, por fim, que o aspeto principal de um orçamento é a sua honestidade intelectual, razão pela qual o PSD, visando os interesses dos fregueses, nunca deveria ter viabilizado a aprovação de um orçamento que declarou não consubstanciar a sua visão estratégica e política. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que alegando a defesa da honra, declarou que as gravíssimas acusações segundo as quais o PSD teria trocado o seu sentido de voto



PA
JK

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

por cargos remunerados terão que ser provadas em sede própria. Clarificando que o PSD não deu o seu voto de aprovação ao Orçamento, limitando a abster-se na votação do mesmo, argumentou que a bancada do PSD nunca se pautará por uma oposição cega, movida por interesses pessoais ou puramente demagógica, mas priorizará sempre os interesses da população. Mais reiterou que o PSD estará particularmente atento à execução do Plano de Atividades e Orçamento ora aprovados. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que alegando a defesa da honra, repudiou os termos utilizados na declaração de voto do CDS-PP, criticando uma forma de estar na política que não contribui para a elevação e para a dignificação de um órgão que procura defender os interesses da população. -----

Em seguida, toma a palavra **Cristina Parente**, vogal da Junta de Freguesia, que se manifestou particularmente surpreendida com algumas das acusações que visaram o pelouro da educação, tendo os elementos do CDS acompanhado o executivo numa visita guiada aos estabelecimentos escolares, comprovando a qualidade das refeições servidas aos alunos. Rebateu a acusação segundo a qual a Junta de Freguesia não disponibiliza transporte para atividades promovidas pelas escolas, informando ter sido disponibilizado o autocarro da Junta de Freguesia para uma visita programada dos jovens da Escola D. Pedro V às Caldas da Rainha. Referiu, no entanto, que pela sua longevidade, o autocarro da Junta de Freguesia já não está legalmente autorizado a transportar jovens com idade inferior a dezasseis anos, pelo que estão a ser utilizados veículos menores para outras iniciativas. Acrescentou que embora a Junta de Freguesia não tenha competências delegadas para as escolas do 2.º e 3.º ciclos, tem promovido uma estreita articulação com os estabelecimentos escolares, mediante a celebração de protocolos, evidenciando o quanto o executivo tem vindo a apostar na educação como vetor fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade. -----

2. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 03/2018 – Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários. -----

O **Presidente da Mesa** passou a palavra ao **Presidente da Junta**, que apresentou este ponto, explicando que por solicitação da DGAL, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica remeteu, em outubro de 2017, informação relativa ao número de trabalhadores com vínculos precários, utilizando a plataforma criada pela DGAL para o efeito. À data corrente, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica tem ao seu serviço cento e dezassete pessoas singulares contratadas em regime de prestação de serviço, entre os quais quarenta e dois postos de trabalho foram reconhecidos como atividades de natureza permanente, passíveis de abertura de concurso público para regularização do vínculo laboral, além de cinquenta e quatro postos de trabalho de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

prestadores de serviço na área da educação, no domínio de competências protocoladas, para abertura de procedimentos concursais na modalidade de contrato por tempo determinado. Quanto às restantes situações identificadas, concluiu-se que não preenchem os requisitos necessários à regularização do respetivo vínculo, por não corresponderem a necessidades permanentes do serviço ou por não terem exercido funções no período compreendido entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que declarando que o PSD vê com agrado a regularização dos vínculos precários, não deixou de assinalar a insuficiência da informação remetida pelo executivo, no que diz respeito aos postos de trabalho em causa e respetivos vínculos laborais, que obsta ao voto favorável no presente ponto. --

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que solicitou ao executivo que assuma um compromisso perante a Assembleia de Freguesia de que os sindicatos e estruturas representativas dos trabalhadores serão devidamente informados e acompanharão todo este processo de regularização dos vínculos laborais. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que saudou a iniciativa desencadeada a nível nacional de regularização de vínculos precários na função pública. Lamentou, no entanto, que este processo, a nível local, não tenha sido conduzido de forma mais clara e transparente, com informação mais detalhada, e acompanhado com maior rigor e proximidade, mediante a criação de uma comissão de acompanhamento. -----

Toma a palavra **Ana Almeida**, do CDS-PP, que declarou que a sua bancada votará contra este ponto, atendendo ao histórico de conflitualidade entre o Presidente da Junta de Freguesia e vários colaboradores, acrescentando que o CDS-PP se manterá irredutível na defesa dos trabalhadores, e que soluções que passam invariavelmente pela mobilidade dos funcionários em conflito revelam total incapacidade de gestão de recursos humanos. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que percebendo que dos cento e dezassete colaboradores identificados, vinte e um alegadamente não são elegíveis para a regularização do vínculo laboral, afirmou que o documento apresentado é omissivo no que concerne aos critérios e razões subjacentes a tal decisão, o que condiciona uma tomada de posição em plena consciência. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta**, que solicita ao plenário, através da Mesa da Assembleia, que seja o jurista da Junta de Freguesia, Dr. Rui Pires, a responder às questões suscitadas. -----

Com a devida anuência da Assembleia, toma a palavra **Rui Pires**, jurista da Junta de Freguesia, que respondendo aos membros da Assembleia, começou por esclarecer ser



da competência do executivo, e não da Assembleia de Freguesia, o reconhecimento dos postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes, sendo que nas circunstâncias locais foram identificados quarenta e dois casos, aos quais acrescem cinquenta e quatro postos de trabalho na área da educação, afetos a competências protocoladas, embora não sendo necessidades permanentes. As restantes situações, conforme já referenciado, são inelegíveis por não corresponderem a necessidades permanentes da Junta de Freguesia ou por não terem desempenhado funções no período especificado pela Lei, entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017. Devidamente reconhecidas estas situações, referiu que os procedimentos concursais são públicos, permitindo o acesso a todos os intervenientes que se predisponham para tal, sendo no decurso do procedimento concursal que se irá avaliar a situação individual de cada candidato e a sua conformidade aos requisitos da Lei. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que questionou como se coadunam as explicações dadas com a previsão de criação de cento e treze novos postos de trabalho no Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que questionou se a responsabilidade deliberativa da Assembleia de Freguesia neste processo se limita à aprovação da nova configuração do Mapa de Pessoal. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, Pedro Amaral e Almeida, que fazendo referência não só a esta, como às propostas subsequentes, declarou estarem na sua essência mal fundamentadas, com interpretação dúbia e complementadas oralmente com informações que não constam do documento escrito, pelo que não serão credoras do voto favorável do PSD se a situação não se alterar no futuro. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta do Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários aprovada por maioria, com os votos a favor do PS e CDU, os votos contra do PSD e CDS-PP, e a abstenção do BE). -----

3. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 13/2017 (Novo Mandato) – Diretivas de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, vogal da Junta de Freguesia, que passando a apresentar este ponto, explicou tratar-se das condições de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família, com algumas alterações ao nível dos horários e quadros de mensalidades. Visto que o progresso na área da educação se torna bem mais eficiente quando resulta de um



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

trabalho conjunto, aproveitou para agradecer os contributos pertinentes remetidos por alguns dos membros da Assembleia e acolhidos pelo executivo. -----

Esclarecidas as alterações propostas no novo documento, o qual substitui aquele que foi anteriormente distribuído aos membros da Assembleia de Freguesia, toma a palavra **Ana Tavares**, do CDS-PP, que atendendo às reconhecidas dificuldades económicas de alguns agregados familiares, perguntou se as taxas relativas a atrasos serão aplicáveis mesmo às crianças que beneficiem do Escalão A. Além disso, questionou que tipo de atividades serão programadas, tendo em conta as limitações de transporte anteriormente referenciadas, e se estas serão adaptadas para incluir crianças com necessidades especiais. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que se congratulou com as alterações introduzidas ao documento entregue aos membros da Assembleia – em especial no que diz respeito aos aumentos de taxas inicialmente propostos e posteriormente reduzidos para metade – salientando a importância de promover políticas de incentivo à natalidade, de apoio à infância e de educação de qualidade, atendendo ao facto de Portugal ser o segundo país com a mais baixa taxa de natalidade da União Europeia, com previsíveis consequências sociais a longo prazo, estimando-se que em 2080 possam existir trezentos e dezassete idosos para cada cem jovens. A concretizarem-se estas previsões, tal pode significar a falência do Estado social, hipótese que urge contrariar veementemente. Sublinhando as graves carências económicas de alguns agregados familiares na freguesia, referenciou que os aumentos registados nos salários mínimos ou rendimentos sociais de inserção não acompanham minimamente o aumento do custo de vida, o que inclui as taxas cobradas pelos serviços assegurados pela Junta de Freguesia, especialmente numa área tão fundamental para o desenvolvimento da sociedade como a educação. Concluindo a sua intervenção, deixou como desafio ao executivo encontrar respostas alternativas e criativas que colmatem as necessidades das famílias sem as onerar em demasia. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, Pedro Amaral e Almeida, que atendendo à revisão de taxas proposta e ao universo de alunos abrangidos, questionou quando entrarão em vigor estas novas taxas e qual o montante de receita que daí advirá para os cofres da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, vogal da Junta de Freguesia, que começou por esclarecer que todas as atividades lúdico-educativas previstas são pensadas e programadas de modo a incluir as crianças com necessidades especiais, com o apoio de monitores qualificados. Relativamente às taxas e multas, explicou que embora não esteja prevista nenhuma diferenciação, obviamente que cada caso pontual será



analisado individualmente e de forma criteriosa. Respondendo à interpelação do Partido Social Democrata, argumentou que a Junta de Freguesia tem pautado a sua atuação na área da educação pelo primor e por um alto padrão de qualidade, salientando que uma das formas de apoio às famílias prende-se com a possibilidade de as crianças poderem frequentar uma academia gratuitamente, com uma alargada oferta de atividades extracurriculares. Por fim, e impossibilitada de fornecer o montante concreto de receita gerada pela alteração às taxas por não ter de momento essa informação, indicou que as alterações propostas, se aprovadas, entrarão em vigor no mês de setembro, no início do próximo ano letivo. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, Pedro Amaral e Almeida, que declarou ser inconcebível votar em consciência uma proposta de alteração de taxas, tendencialmente onerosa para as famílias da freguesia, sem que seja prestada informação concreta sobre a receita que daí resultará para a Junta de Freguesia, e eventualmente como é que esta seria aplicada. Assim, e atendendo a que as alterações propostas apenas serão aplicáveis no próximo ano letivo, sugeriu a retirada do ponto em apreço e inclusão do mesmo em Assembleia posterior, adequadamente fundamentado. -----

O **Presidente da Mesa**, a pedido da bancada do Partido Social Democrata, suspendeu os trabalhos por um curto período, para deliberação dos membros. -----

Retomados os trabalhos, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta**, que notificou da decisão do executivo de retirar a proposta em apreço, alegando que o Partido Socialista mostra-se sensível aos argumentos elencados pelos membros da Assembleia de Freguesia. -----

Retirada a proposta constante deste ponto, a Assembleia passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

4. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 01/2018 – Protocolo entre a Freguesia e a Academia dos Miúdos, Lda. -----

Para apresentação deste ponto, toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que explicou que o protocolo em apreço nasce da vontade da Academia dos Miúdos em ter um parque infantil, predispondo-se a construir um parque infantil no jardim existente na Rua Mariano Pina – localização ideal visto não comportar o atravessamento de vias – suportando integralmente os custos, sendo que após a conclusão da obra este será transferido para a Junta de Freguesia, para usufruto público, mediante o compromisso de poder ser utilizado pelas crianças da Academia. A Academia dos Miúdos irá igualmente assegurar a limpeza e manutenção do parque, debaixo da supervisão e fiscalização da Junta de Freguesia. -----



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que se manifestando favorável à construção de mais um parque infantil na freguesia, solicitou apenas uma garantia expressa e formal de que este será efetivamente disponibilizado a toda a população, não ficando no domínio privado da academia nem vedado o seu acesso público. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, Pedro Amaral e Almeida, que requereu alguns esclarecimentos, nomeadamente se a Câmara Municipal de Lisboa eventualmente estará envolvida neste protocolo, visto tratar-se de um terreno do domínio público municipal. Sem prejuízo dos eventuais benefícios para a população, manifestou o seu desconforto com o facto de uma entidade privada se substituir à Junta de Freguesia naquilo que é efetivamente uma das suas competências próprias, o que poderá criar situações de exceção que poderão conduzir a eventuais violações das regras de gestão do espaço público. Nesse sentido, questionou se foram estudadas alternativas para a construção do dito parque infantil, bem como para outra utilização a dar ao referido terreno. Acrescentou que o protocolo não é totalmente claro em relação à fruição pública do espaço. Por fim, sublinhando aquele que é um aspeto legal relevante, e tendo em conta que a gestão e manutenção dos parques públicos é da responsabilidade da Junta de Freguesia, perguntou se a Academia dos Miúdos pretende fazer um seguro de responsabilidade civil – obrigatório por Lei – que não seja restrito aos seus alunos, mas extensível a todos os fregueses e cidadãos em geral. Concluiu declarando que sem um cabal esclarecimento de todas estas questões, o PSD não poderá votar favoravelmente este protocolo. -----

Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, reiterou que embora a manutenção e limpeza do parque infantil fique a cargo da Academia dos Miúdos, será supervisionada pela Junta de Freguesia. Quanto à questão do seguro, explicou que sendo o parque infantil entregue à Junta de Freguesia, será efetuado um seguro em tudo semelhante ao que cobre todos os outros parques infantis sob a responsabilidade da autarquia. Assegurou não estar definida em protocolo qualquer espécie de direito de propriedade da Academia sobre o parque, que poderá ser utilizado pelo público em geral. -----

Toma novamente a palavra o **Presidente da Mesa**, Pedro Amaral e Almeida, que indicou não ter ficado esclarecido quanto à questão do terreno pertencer ao domínio público municipal, bem como sobre quem recai a responsabilidade civil em caso de acidente ocorrido no parque e qual a entidade que subscreve o referido seguro – Junta de Freguesia ou Academia – e no caso desta segunda hipótese, qual o grau de cobertura do mesmo. Uma vez mais manifestou o seu desconforto com os termos pouco claros do protocolo, no que concerne a conferir direitos sobre o espaço público a uma



entidade particular. -----

O vogal da Junta de Freguesia, **João Dias**, em resposta, clarificou que o seguro que será feito para o parque a construir é similar ao que abrange todos os outros parques infantis geridos pela Junta de Freguesia, e será subscrito pela Junta de Freguesia, que também suportará os custos inerentes. Realçou que o protocolo não firma um acordo por tempo indefinido, mas para quatro anos. -----

Com a devida anuência do **Presidente da Mesa**, toma a palavra o jurista da Junta de Freguesia, que em complemento, explicou que embora o terreno onde se pretende construir o dito parque infantil seja do domínio público municipal, está devidamente acordada com a Câmara Municipal de Lisboa a utilização do mesmo para a finalidade pretendida. -----

Toma novamente a palavra o **Presidente da Mesa**, que classificou o procedimento que a Junta de Freguesia pretende adotar neste caso de uma fuga às empreitadas de obras públicas, devendo legal e alternativamente assumir a responsabilidade pelo lançamento e execução da obra, suportar o seu custo e então procurar formas de rentabilizar o seu património próprio. Não sendo esta a intenção da Junta de Freguesia, afirmou que o Partido Social Democrata não poderá subscrever a aprovação deste ponto. -----

Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que esclareceu que o mecanismo utilizado poderá enquadrar-se como donativo à Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que abordando a questão da limpeza e manutenção do parque, indicou que o protocolo não esclarece qual a periodicidade ou prazos de intervenção e reparação de anomalias detetadas. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que fez notar que a vistoria a que o protocolo faz alusão refere-se simplesmente ao licenciamento anual a que todos os parques infantis estão obrigados, pelo que devem ser aditadas vistorias adicionais obrigatórias com periodicidade a definir. -----

Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que revelou que embora não esteja explícito no protocolo, a Academia dos Miúdos comprometeu-se – por comunicação via e-mail que servirá como adenda ao protocolo – a proceder à vistoria, limpeza e avaliação do estado do parque em base diária e reparação de qualquer anomalia detetada num prazo de quatro a seis semanas. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que lamentou que de tal comunicação não tenha sido dado prévio conhecimento aos membros da Assembleia, o que contribuiria para melhor fundamentar a proposta apresentada. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que ressaltou estar em causa um inegável benefício para a freguesia, sem custos associados à sua execução,



e que consubstanciará um ativo que estará à disposição de todos os cidadãos, pelo que seria salutar encontrar uma solução de consenso, eventualmente mediante o compromisso de o executivo posteriormente introduzir algumas alterações necessárias e sugeridas pela Assembleia de Freguesia. -----

Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que propôs que as questões relacionadas com a limpeza, higienização, manutenção e seguro de responsabilidade civil sejam acrescentadas como adenda ao protocolo em apreço. -----

Toma a palavra **Rui Marques**, do PSD, que uma vez mais reiterou ser da responsabilidade do executivo da Junta de Freguesia submeter à Assembleia de Freguesia propostas convenientemente fundamentadas, o que não se verificou neste caso. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de protocolo entre a Freguesia e a Academia dos Miúdos aprovada por maioria, com os votos a favor do PS e do PCP, os votos contra do PSD e do CDS-PP, e abstenção do BE. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que apresentou uma declaração de voto, na qual venceu que o Partido Social Democrata, não se opondo à construção de um novo parque infantil, não pode subscrever a forma desadequada e pouco fundamentada como algumas propostas têm sido submetidas à Assembleia de Freguesia pelo executivo. ---

5. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 04/2018 – Regulamento de funcionamento da Casa da Cidadania. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando tratar-se de um projeto piloto que transita do mandato anterior, cuja execução depende primariamente da aprovação de um regulamento para o seu funcionamento. Abordando o objetivo da Casa da Cidadania, indicou que a sua atividade incidirá em áreas como a defesa dos direitos de género, envelhecimento ativo, economia social, cidadania, entre outros, num fórum que se deseja aberto à comunidade, e num trabalho articulado entre diversas associações e indivíduos que poderão apresentar propostas que serão escrutinadas por um júri. Concluiu afirmando que sendo um projeto piloto, poderão ser realizados ajustes progressivos, em função das metodologias utilizadas por outras Casas da Cidadania que existirão em Lisboa. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que elogiando a iniciativa, não deixou de salientar que uma vez mais a apresentação oral do projeto não corresponde exatamente à documentação escrita remetida à Assembleia de Freguesia, referindo que poderia ter sido anexado o protocolo de cedência do espaço pela Câmara Municipal de Lisboa. Sendo este um projeto municipal, questionou as competências da Junta de Freguesia



na gestão e manutenção do edifício. Por outro lado, assinalou que a referência no protocolo ao desenvolvimento de atividades com relevância integral ou parcial para a freguesia dá margem para interpretações ambíguas. Por fim, declarou que o projeto da Casa da Cidadania podia ir muito além da mera articulação entre instituições, incluindo na sua génese, por exemplo, atividades direcionadas para a população mais idosa. --- Toma a palavra **Ana Tavares**, do CDS-PP, que questionou qual a entidade que ficará responsável pelas despesas inerentes ao funcionamento da Casa da Cidadania, aproveitando para opinar que talvez um Balcão do Cidadão fosse mais vantajoso para a Freguesia de São Domingos de Benfica do que propriamente esta Casa da Cidadania. Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que solicitou alguns esclarecimentos adicionais acerca do funcionamento de uma Casa da Cidadania e das atividades que promove. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, reiterou ser este um projeto em construção, em fase inicial, e que prevê congregar as sinergias das associações que laboram em atividades diversas, trabalhando num mesmo espaço comum. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de regulamento de funcionamento da Casa da Cidadania aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e CDU, os votos contra do CDS-PP, e abstenções do BE e um elemento do PSD). -----

6. Discussão e deliberação sobre a Proposta n.º 05/2018 – Aceitação de donativos em espécie recebidos no ano de 2017 para integrarem o património da Freguesia – Alteração ao Inventário. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que expressou as suas dúvidas sobre a viabilidade da receção de um veículo usado, levando em conta os custos associados à sua manutenção comparativamente a um veículo novo. Relativamente à cadeira adaptada doada, questionou como foi calculado o valor da doação – efetuada por uma entidade privada, pelo que aparentemente se enquadra na Lei do Mecenato – e qual a utilização que lhe será dada. -----

Toma a palavra **Ana Almeida**, do CDS-PP, que questionou se a viatura doada foi alvo de uma inspeção ao seu estado de funcionamento e se acarretou quaisquer custos para a Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, vogal da Junta de Freguesia, que respondendo às questões sobre a viatura, explicou tratar-se de um veículo com grua cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, maquinaria de grande utilidade de que a Junta de Freguesia não dispunha, e cuja reparação rondará os dois mil euros. -----



Toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que explicou que o valor atribuído à cadeira doada é o que consta do recibo e fatura correspondentes, visto tratar-se de um equipamento novo. Mais informou ser uma cadeira adaptada, que permite a prática de exercício físico a cidadãos portadores de deficiência motora. -----

Toma novamente a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que uma vez mais lamentou a escassa informação presente no protocolo, o qual não faz referência a que se trata de um equipamento novo. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Aceitação de donativos em espécie para integrarem o património da Freguesia aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e da CDU, os votos contra do CDS-PP, e abstenção do BE. -----

Toma a palavra **Ana Almeida**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto, justificando o voto contra da sua bancada com a ausência de uma avaliação rigorosa e criteriosa dos bens doados à Junta de Freguesia, alegando que quaisquer doações devem revestir-se de uma moldura ética totalmente transparente, para que não subsistam dúvidas sobre se o equipamento rececionado implica alguma contrapartida futura para quem o ofereceu. -----

7. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de colaboração celebrado com o Agrupamento de Escolas das Laranjeiras, no âmbito do Plano Individual de Transição (PIT) do aluno João Barros Louro Martins. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando tratar-se de um protocolo de colaboração que visa proporcionar uma experiência em contexto real de trabalho a um jovem portador de síndrome de Down, durante uma hora por semana. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que argumentou que o Plano Individual de Transição implica um plano de inserção para a vida profissionalizante que carece de acompanhamento por uma equipa interdisciplinar, de forma a combater aquela que é uma das principais barreiras à inclusão de cidadãos portadores de deficiência no mercado de trabalho, a discriminação. Visto que o protocolo em apreço aparentemente não contempla este acompanhamento, nem parece estar integrado numa medida mais consistente, o Bloco de Esquerda irá abster-se nesta votação. -----

Toma a palavra **Ana Tavares**, do CDS-PP, que perguntou se este jovem em específico está a frequentar um curso profissional que integre um estágio curricular, e se, por outro lado, a Junta de Freguesia continuará a manifestar a mesma abertura em situações similares que venham a surgir. -----



Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que se manifestando totalmente favorável à iniciativa, solicitou que assuntos similares possam ser debatidos e deliberados previamente em sede de Assembleia de Freguesia, em vez de ser apresentado um protocolo já assinado. Manifestou também a sua preocupação com a questão da realização de estágios não remunerados. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que declarou que embora o PSD seja favorável e incentive este tipo de iniciativas, estas deveriam contemplar, de alguma forma, uma contrapartida financeira, ainda que simbólica, como forma de enriquecer a experiência e fomentar a realização pessoal. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, esclareceu que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica é uma parceira nesta iniciativa, não sendo responsável pela elaboração do protocolo, cabendo a si apenas a decisão de o subscrever, ou não, nos moldes propostos. Respondendo à eleita do PCP, explicou ter sido feita uma consulta prévia a todos os partidos com assento na Assembleia, motivada pela urgência da situação e necessidade de a agilizar, visto que o Agrupamento de Escolas estava a sentir enormes dificuldades em encontrar um local adequado para colocar o jovem em questão. Concluiu a sua explanação dando conta da visível satisfação, comprovada pelos professores, que este jovem sente por poder colaborar com a Junta de Freguesia, ainda que somente uma hora por semana. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de colaboração celebrado com o Agrupamento de Escolas das Laranjeiras aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e da CDU, e abstenção do BE). -----

Toma a palavra **Ana Tavares**, do CDS-PP, que apresenta uma declaração de voto, na qual, além de desejar as maiores felicidades ao jovem João Martins, indica que o CDS-PP estará atento para verificar se a Junta de Freguesia manterá a mesma postura em casos idênticos que possam surgir. -----

8. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de parceria celebrado com o Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa, o Agrupamento de Escolas das Laranjeiras e o ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, no âmbito do Projeto Clube do Zoo – Mar e Comunidade Escolar. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, vogal da Junta de Freguesia, que apresentando este ponto, explicou que assim como no anterior, foram consultados previamente os partidos, atendendo às limitações temporais do Jardim Zoológico (28 de fevereiro) para apresentar candidatura a um subsídio que viabilizasse o projeto em causa. Assinalou ser circunstância extremamente rara a celebração de protocolos entre estabelecimentos



escolares e jardins zoológicos, o que torna a Freguesia de São Domingos de Benfica pioneira nesta iniciativa, que visa consciencializar as novas gerações para a importância da preservação do planeta. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que anunciou que a sua bancada dará sequência ao sentido de voto que manifestou no passado, com apresentação de uma declaração de voto. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que chamou a atenção para o facto de o protocolo em apreço, inserido num projeto de educação ambiental, não se enquadrar nos eixos previstos no Fundo Azul, que incide mais sobre a área da investigação da biologia marítima, razão pela qual o Bloco de Esquerda se absterá nesta votação. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de protocolo em apreço aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e da CDU, e abstenção do BE. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto advertindo o executivo que não obstante o voto favorável, os protocolos com instituições da freguesia não devem ser utilizados para fins eleitoralistas, e a elevação política não poderá comportar atitudes de utilização da boa imagem das instituições para aproveitamento próprio. -----

9. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de cooperação e desenvolvimento de atividades a celebrar com a RNI – Associação Rede Nacional de Incubadoras.

Toma a palavra **Mário Rui**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, dando especial ênfase ao enquadramento estratégico deste protocolo, vincando a aposta do executivo na criação de emprego e dinamização da atividade económica como vetores fundamentais para o desenvolvimento económico e social da Freguesia de São Domingos de Benfica. Sendo o mercado de trabalho um organismo dinâmico, urge apoiar a criação de autoemprego, indispensável à sustentabilidade das gerações futuras. Falou sobre os mecanismos e ferramentas que a Junta de Freguesia tem utilizado para promover a criação de emprego, como a Rede Emprega – parceria entre a Junta de Freguesia, IEFP e empresas locais na área da procura de emprego e formação profissional – o GIP, Gabinete de Inserção Profissional – uma parceria com o IEFP cujo objeto passa pela inserção de jovens no mercado de trabalho – e um Gabinete CRIE que apoia a criação de ideias inovadoras de negócio. Relativamente ao protocolo em apreço, explicou que se pretende criar uma incubadora de empresas direcionadas para o mercado de inovação, apoiada por um conjunto de elementos, como o Startup Portugal e o Startup Visa, para promover a captação de investimento estrangeiro. Para



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

que esta iniciativa possa alcançar todo o seu potencial, pretende-se incluí-la na Rede Nacional de Incubadoras, promovendo desta forma parcerias benéficas, o trabalho em rede, troca de experiências e reforço de sinergias. Concluindo a sua apresentação, destacou que São Domingos de Benfica é a única Junta de Freguesia a nível nacional a ter uma incubadora certificada a apoiar um conjunto de iniciativas empresariais com carácter de inovação, numa aposta clara na criação de novos postos de trabalho e consequente desenvolvimento socioeconómico da freguesia. -----

Toma a palavra **Ana Almeida**, do CDS-PP, que declarou que num mundo cada vez mais digital, nunca fez tanto sentido o desenvolvimento de plataformas de partilha de conhecimento multidisciplinar. No entanto, estando prevista nas Opções do Plano para 2018 da Junta de Freguesia a criação de uma incubadora no espaço do Mercado de São Domingos de Benfica, perguntou se de alguma forma estes projetos não poderão ser tendencialmente concorrenciais e dispersar recursos valiosos. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, Pedro Amaral e Almeida, que revelando o seu prévio desconhecimento acerca desta Rede Nacional de Incubadoras, questionou se esta entidade não sairá mais beneficiada com o presente protocolo do que propriamente a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, tendo em atenção o histórico da sua criação, por iniciativa do Dr. João Borga, na altura adjunto e assessor do Secretário de Estado da Indústria. Questionou como seria porventura encarado este processo se decorrido no seio de um Governo liderado pelo Partido Social Democrata. Ademais, manifestou a sua estupefação com a informação disponibilizada no *site* da Rede Nacional de Incubadoras, que mais não é do que a promoção de políticas públicas por uma associação supostamente privada, pelo que externou o seu desconforto com uma eventual associação ao nome da Freguesia de São Domingos de Benfica. Por fim, criticou o peso que esta associação revela ter na alegada distribuição de fundos estatais. Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de cooperação e desenvolvimento de atividades a celebrar com a RNI – Associação Rede Nacional de Incubadoras rejeitada, com os votos contra do PSD, CDS-PP e da CDU, a favor do PS e abstenção do BE. Verificado o empate na votação, o Presidente da Assembleia exerceu o voto de qualidade, mantendo o sentido de voto contra. -----

Toma a palavra **Ana Almeida**, do CDS-PP, que apresenta uma declaração de voto, na qual refere que o CDS-PP não se revê em acordos desta natureza, isentos de propósito, limitados a meras medidas de fachada e sem um compromisso claro no sentido da sua concretização. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

O **Presidente da Mesa** indicou que da parte do PSD será posteriormente anexada à ata uma declaração de voto escrita. -----

Toma a palavra **Sebastião Carqueja**, do PS, que suscitando uma questão fora do âmbito da ordem de trabalhos, alertou para a inexistência de um lar para idosos e centros de convívio para apoio à terceira idade na Freguesia de São Domingos de Benfica, e apelou à convergência de todas as forças políticas na defesa da implementação destes equipamentos tão necessários na freguesia. -----

Toma a palavra **Luís Filipe Ferreira**, do PS, que solicitou o registo em ata de que o valor monetário correspondente à sua senha de presença na Assembleia de Freguesia será integralmente doado à Acreditar-Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro. -----

Às duas horas e dez minutos do dia vinte e um de março, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** deu por encerrados os trabalhos. -----

O Presidente
da Assembleia de Freguesia

Pedro Amaral e Almeida

O 1º Secretário
da Assembleia de Freguesia

Luís Filipe Ferreira

A 2ª Secretária
da Assembleia de Freguesia

Deldina Barroso

Proposta Alteração ao Zoneamento da EMEL para a Freguesia de São Domingos de Benfica

Considerando que na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa, realizada a 8 de Fevereiro de 2018 foi deliberada a implementação das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), ficando a Freguesia de São Domingos de Benfica abrangida pela atuação da EMEL em toda a sua totalidade, os eleitos pelo PSD para a Assembleia de Freguesia de São Domingos, propõem o seguinte:

1. As zonas aprovadas para a Freguesia pela CML são de reduzida dimensão, dado que implementar 16 micro zonas de estacionamento cria objetivamente graves dificuldades aos moradores no estacionamento na sua área de residência, de circulação nas áreas contíguas e com impactos negativo no acesso aos serviços e comércio local;
2. Em alternativa, e como meio para minimizar os constrangimentos identificados, propõe-se que as divisões propostas sejam revistas e que as atuais 16 micro-zonas possam vir a ser constituídas em 4 zonas (Anexo I a esta Proposta). Esta proposta permitirá uma maior mobilidade dos residentes na sua freguesia, com impacto na sustentabilidade do comércio local, a saber:

Zona 1- Composta pela agregação das zonas Propostas pela CML/EMEL no Anexo_I_Peças_desenhada_Zoneamento_SD_Benfica **(23A, 23B, 23C, 23D, 23E, 23F)**

Zona 2- Composta pela agregação das zonas Propostas pela CML/EMEL no Anexo_I_Peças_desenhada_Zoneamento_SD_Benfica **(23G, 23K, 23H)**

Zona 3- Composta pela agregação das zonas Propostas pela CML/EMEL no Anexo_I_Peças_desenhada_Zoneamento_SD_Benfica **(23L, 23I, 23J, 23O, 23P)**

Zona 4- Composta pela agregação das zonas Propostas pela CML/EMEL no Anexo_I_Peças_desenhada_Zoneamento_SD_Benfica **(23M, 23N)**

3. Não obstante a esta proposta, reiteramos o nosso entendimento de que os estacionamentos da EMEL, quer na Freguesia, quer na restante cidade da Lisboa, não deveriam acarretar encargos financeiros excessivos para os residentes na cidade de Lisboa, que deveriam poder estacionar na cidade de forma tendencialmente gratuita e diferenciada em relação a quem não é cidadão-eleitor em Lisboa.
4. Entendemos, ainda, que o período de consulta pública teve insuficiente divulgação e decorreu num período de férias, com início em 20 de Julho e um prazo limite de 15 dias úteis, culminando no mês de Agosto, pelo que não foram salvaguardadas as condições primordiais de uma adequada consulta pública;
5. Acresce que a opinião dos cidadãos que participaram (três dezenas) não foi tida em consideração, em virtude da proposta inicialmente apresentada não ter sofrido qualquer alteração após a consulta pública;

Os elementos eleitos pelo PSD para a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, esperam assim ver aprovada pelos partidos políticos desta Assembleia de Freguesia, a proposta de Alteração e Revisão da delimitação das ZEDL, na Freguesia de São Domingos de Benfica e, o seu envio para a Câmara Municipal de Lisboa para que as mesmas sejam alteradas, nos termos aqui propostos.

Aprovada por maioria



Moção

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018

“ Praça General Humberto Delgado ”

Sete Rios era um antigo termo de Lisboa e aí se instalaram varias infraestruturas que ainda hoje se mantêm, tais como o Jardim Zoológico, uma principal artéria da cidade, a Estrada de Benfica, estação terminal do Metro com as suas oficinas, interface rodoviário e ferroviário da Carris e CP respectivamente, habitação circundante e mais recentemente um eixo viário de grande envergadura (Norte Sul). A Praça General Humberto Delgado (1979) é tudo isto, e agrega em si mesma todas estas infraestruturas numa profunda actualização à velocidade do crescimento de uma das mais importantes juntas de freguesia do País. Hoje em dia esta praça, é um importante hub da cidade onde entram, circulam e saem milhares de automóveis, autocarros e pessoas vindos de sul e norte de Lisboa. Esta praça tem ligação directa à margem sul do Tejo, e de igual modo ao norte e oeste do país. Dadas as características únicas da sua localização algumas das infraestruturas existentes foram convertidas em novas soluções a referir, Oficinas do metro numa estação Rede Nacional de Expressos com interface ao Metro e CP.

Fruto de todo este desenvolvimento a pressão da poluição atmosférica, sonora, visual e do solo começou a sentir-se em todo o perímetro da praça, crescendo a preocupação dos animais residentes do Jardim Zoológico.

O município de Lisboa encontra-se em profunda transformação na tentativa de fixar as pessoas aos seus bairros, com iniciativas como, Uma Praça em cada Bairro.

Iniciativas desta natureza, torna-se imperativo uma reflexão e planeamento aprofundado, sobre desde logo quais as verdadeiras necessidades das pessoas quer ao nível das infraestruturas existentes e futuras, sejam elas jardins, zonas de lazer, parqueamentos, parques caninos, habitação etc. A ideia subjacente deverá ser sempre a melhoria da qualidade vida e não obras de mero efeito maquilhador.

Actualmente o projecto que foi desenvolvido para esta Praça contem a instalação da estação rodoviária dos Transportes Sul do Tejo TST extinta por via da remodelação da Praça de Espanha, estreitamento das vias existentes e também a criação de uma zona de lazer em frente à entrada do Jardim Zoológico e um parque de estacionamento subterrâneo.

A deslocação dos TST trás consigo mais poluição e maior congestionamento de tráfego às zonas que estariam disponíveis para estacionamento de viaturas ligeiras, ficaram agora ocupadas pelos autocarros. Esta medida impede que se solucione o estacionamento das viaturas das pessoas que visitam o Jardim Zoológico todos os fins- de - semana (época escolar) e fora desta, durante a semana se veem privadas de parquear optando por estacionar em zonas circundantes da praça muitas vezes correndo o risco de serem autuadas. Parque de estacionamento agora inaugurado com capacidade de 301 viaturas não dá resposta cabal às necessidades de

afluência ao Jardim como também às pessoas que optam por deixar as viaturas e utilizarem a rede de transportes existente para chegar aos seus locais de trabalho e ao centro da Cidade

É certo que a sustentabilidade da zona envolvente está profundamente ameaçada.

O CDS sugere que reconverta os escombros da antiga escola técnica da PIDE num silo automóvel com andares subterrâneos e em altura que até agora tem servido para estacionamento não licenciado nem adaptado. Do mesmo modo o antigo parque de estacionamento da PSP para recolha viaturas autuadas, deverá ser alvo de requalificação para parquear viaturas com tarifas diárias a titulares de transporte Metro medida semelhante à que a Transtejo preconiza aos seus passageiros. O que pretendemos é o aumento da qualidade vida sem compromisso dos efeitos colaterais das medidas que se encontram em projeto para esta Praça.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

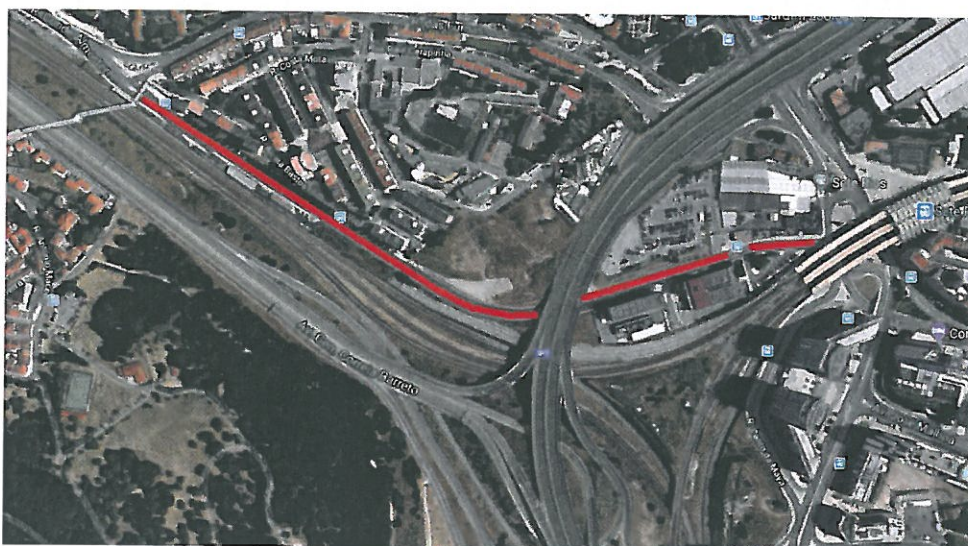
Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Pejeitinda

Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018

“ Condições mínimas de circulação para peões – Rua Francisco Gentil Martins ”



A Rua Francisco Gentil Martins faz a ligação entre a Rua Conde Almoester e a Rua de Campolide. É uma das saídas da Freguesia. Tem a particularidade de ser uma das artérias que possibilita o acesso à estação de Comboios de Sete-Rios, metro, autocarros mas também ao IPO, Centro de Saúde que ali se localiza.

Quem faz este percurso a pé são essencialmente os habitantes do Bairro das Furnas mas também os funcionários e utentes da creche da Santa-Casa acompanhando crianças de colo bem como as pessoas de mobilidade reduzida. O mesmo encontra-se num estado deplorável do lado do Bairro aos anos.

Os mais idosos bem como as pessoas com problemas de locomoção têm maior dificuldade em deslocar-se devido ao estado do passeio.



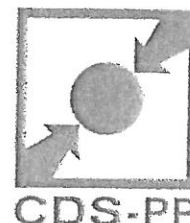
Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que sejam criadas condições mínimas e dignas de circulação para os fregueses. Deve de haver uma intervenção neste local, o passeio de ser retificado e colocada uma barreira que impeça o deslizamento das terras para o passeio.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria



Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018

“Sinais dos Semáforos com aviso sonoro”

Apenas um em cada 20 dos semáforos de Lisboa tem sinais sonoros para invisuais, segundo um inventário feito em várias zonas da cidade, que identifica também diferentes obstáculos à mobilidade das pessoas com deficiência.

"Os semáforos são pouco acessíveis às pessoas com baixa visão quando têm pouca luminosidade nos indicadores e ainda menos acessíveis para os invisuais, tendo em conta que apenas cinco por cento dos exemplos encontrados possuíam sinalética sonora", adianta o relatório final do projeto "Uma Lisboa para todos".

O estudo, uma parceria entre a Associação de Retinopatia de Portugal (ARP) e a Empresa Municipal de Estacionamento e Mobilidade de Lisboa (Emel), conclui ainda que, em alguns casos, mesmo quando essa sinalização existe, o volume usado é insuficiente e o sistema funciona apenas de um dos lados da via.

A iniciativa, em que participaram 287 pessoas, 195 das quais com deficiência visual, incluiu a realização de caminhadas por oito percursos diferentes na cidade de Lisboa com o objectivo de

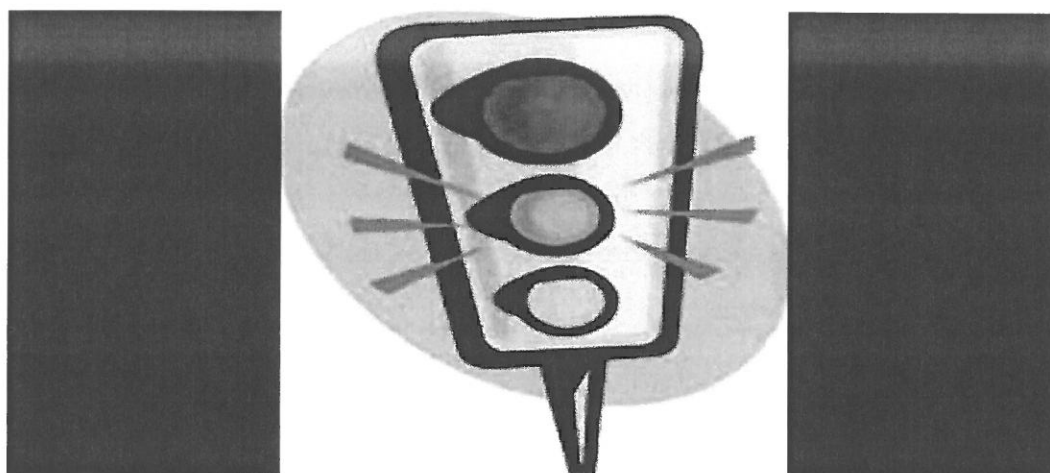
identificar e fazer o mapeamento dos pontos de maior dificuldade no caminho das pessoas com cegueira ou baixa visão.

Os percursos passaram por locais como: Largo Luís de Camões - Sé de Lisboa, Praça Marquês de Pombal; Terreiro do Paço, Cais do Sodré; Rocha do Conde de Óbidos, Gare do Oriente; Torre Vasco da Gama, Campo Grande; Praça Duque Saldanha, Praça do Areeiro; Praça de Espanha, Praça da Figueira; Castelo de S. Jorge, S. Sebastião; Sete Rios.

Os participantes no projeto, maioritariamente com idades compreendidas entre os 31 e os 65 anos, identificaram também a colocação errada de pilaretes, a existência de múltiplos obstáculos no passeio (caixotes do lixo, caixas de eletricidade, placas de sinalização, marcos de correio, entre outros) e a má identificação dos postes de sinalização, dos placards de publicidade exteriores, das escadas, passagens aéreas e de peões.

Face ao exposto o CDS-PP, entende que a freguesia de São Domingos de Benfica poderia estar vanguarda no que concerne à proteção das pessoas com dificuldades visuais.

Do ponto de vista do CSD-PP a colocação de sinal sonoro incorporado nos sinais luminosos deve ser uma prioridade essencialmente nas principais artérias da freguesia.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que mova diligências com o sentido de junto da CML os locais com passadeiras com maior afluência sejam incorporados sinais sonoros nos sinais de trânsito luminosos.

Deixamos as seguintes sugestões:

Rua Professor Lima Basto vs Praça General Humberto Delgado
(Estação de comboios de Sete Rios – Jardim Zoológico)

Rua Major Neutel de Abreu vs Rua Maestro Frederico de Freitas vs
Rua Cidade de Rabat (Pastelaria Culumbia)

Estrada da Luz vs Rua Tomás da Fonseca (Junto às Torres de Lisboa)

Lisboa, 20 de Março de 2018

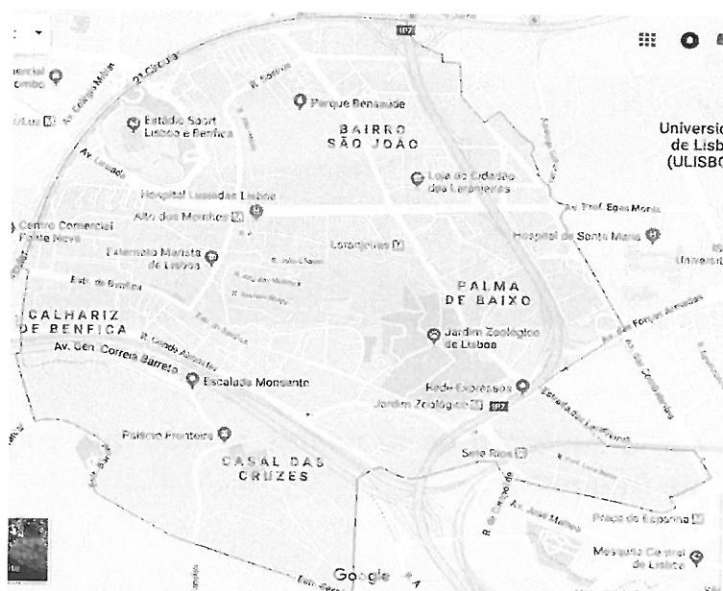
Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria

Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018



(Freguesia de São Domingos de Benfica)

Começou na Alemanha o arranque de um sistema pioneiro que tem como objetivo a proteção da população face aos hábitos adquiridos com as novas tecnologias. Em Portugal também acaba de se instalar um novo sistema de semáforos, no qual a luz verde e vermelha está no chão, para onde está direcionado o olhar dos que se distraem com o uso do telemóvel na hora de atravessar a estrada.

Consciente do aumento de smombies na cidade, instalar um sistema luminoso, que conjuga os semáforos colocados em postes a faixas luminosas instaladas no chão. A luz varia entre o verde o vermelho, tal como no sistema tradicional, e serve principalmente para aqueles cuja posição mais comum é cabeça baixa, com os olhos no telemóvel. «O objetivo desta medida passa por evitar acidentes

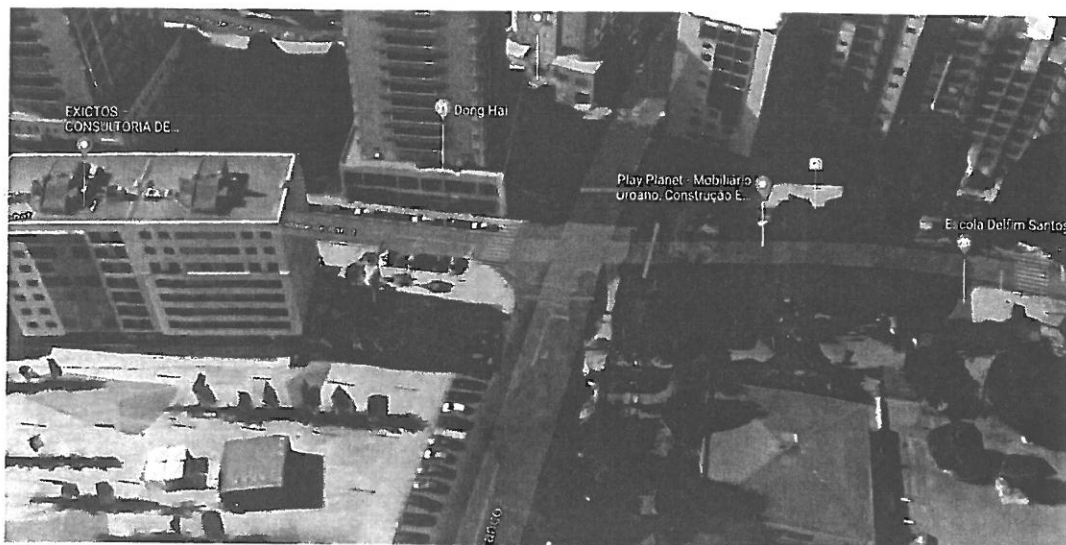
causados pela distração com o uso do telemóvel e de outros aparelhos eletrónicos.

O investimento neste sistema é residual comparativamente com os benefícios que trará para a população.



Deixamos como sugestão os seguintes pontos que consideramos serem críticos na freguesia:

Rua Major Neutel de Abreu vs Rua Maestro Frederico de Freitas vs Rua Cidade de Rabat (Pastelaria Culumbia)



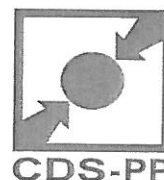
Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que intervenha junto do executivo da CML, mova as devidas diligências para que o sistema possa ser implementado na freguesia gradualmente tendo como prioridade as zonas mais sensíveis e com maior fluxo de transeuntes.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria



Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão extraordinária de 20 de Maio de 2018

“Rua Cidade de Cádiz vs degraus partidos vs Higiene Urbana”

Na sequência de várias queixas feitas por fregueses e depois de uma queda de uma senhora de idade avançada, os autarcas do CDS-PP visitaram o local tendo constatado que, de facto, as preocupações dos fregueses são pertinentes, vimos por este meio expor a esta Assembleia a situação em questão.

Na rua Cidade de Cádiz, os degraus que dão acesso à estrada da Luz, ao lado do Santader estão partidos e muito sujos, tornando-se bastante escorregadios quando chove. Esta situação é perigosa visto que qualquer pessoa pode cair, como foi o caso da Freguesa em questão.





Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que os degraus sejam alvo de uma intervenção e as pedras substituídas. Parece nos importante referenciar as inúmeras queixas dos moradores relativamente ao estado de sujidade que este local apresenta sistematicamente. Sugerimos que a junta actue com maior regularidade lavando o local com maior frequência.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria.

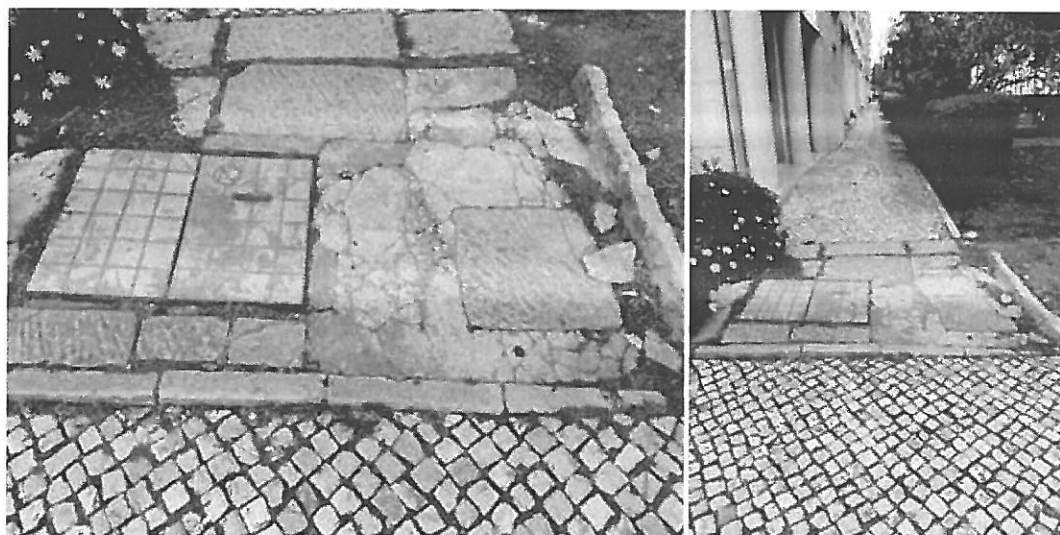
Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão extraordinária de 20 de Maio de 2018

“Rua Roberto Duarte Silva vs Chão desnivelado”

Queixas feitas por fregueses levaram os autarcas do CDS-PP a visitar a Rua Roberto Duarte Silva, onde constataram que as preocupações apresentadas são pertinentes. Assim, expomos a esta Assembleia o problema:

Na Rua Roberto Duarte Silva o chão está desnivelado e em mau estado. Esta situação é perigosa, já que os mais distraídos podem tropeçar, cair ou, até mesmo, partir um pé, por exemplo. Ver fotografias infra:



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que o passeio seja alvo de intervenção, o passeio devidamente retificado, lembrando que os mais idosos têm natural propensão ao caminhar arrastar os pés.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria



Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018

Cartão de Autarca

A ausência de uma identificação específica para os autarcas da Freguesia de São Domingos de Benfica dificulta, em inúmeras circunstâncias, o exercício das suas competências.

De acordo com o previsto na alínea i) do Artigo 5º da Lei 29/87 alterada pela Lei n.º 97/89, de 15/12, Lei n.º 1/91, de 10/01, Lei n.º 11/91, de 17/05, Lei n.º 11/96, de 18/04, Lei n.º 127/97, de 11/12, Lei n.º 50/99, de 24/06, Lei n.º 86/2001, de 10/08, Lei n.º 22/2004, de 17/06, Lei n.º 52-A/2005, de 10/10 e Lei n.º 53-F/2006, de 29/12, e que rege o Estatuto dos Eleitos Locais, a mesma alínea afirma que os Eleitos Locais têm o direito a possuir um cartão especial de identificação

Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia tome as devidas diligências para a emissão da identificação a que estes membros têm direito por Lei e que corresponda a duração desta legislatura. Esta recomendação tem um prazo máximo de seis meses.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria



Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018

Fotografia e contactos de todos os membros da Assembleia no Site da Junta de Freguesia, Facebook e Revista de São Domingos de Benfica.

Atualmente, apenas o executivo, disponibiliza e beneficia com este tipo de informação aos fregueses.

O CDS-PP acredita nos valores da democracia e na igualdade dos direitos para todos os partidos políticos.

O CDS-PP recomenda que seja disponibilizada no site da Junta a fotografia e correspondentes contactos de todos os membros da Assembleia, no Facebook e Revista de São Domingos de Benfica, informação sobre os Autarcas nomeadamente a fotografia, email e contato telefónico.

Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que implemente as medidas supracitadas. Esta recomendação tem um prazo máximo de seis meses.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria

Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018

" Sinais na Rua das Laranjeiras "



Na sequência da Sessão Ordinária de 18 de Dezembro 2017, o CDS-PP apresentou uma recomendação que alertava para o perigo que os peões que circulam na Rua das Laranjeiras se confrontam diariamente. Relembramos que a proposta não foi aprovada pelo Partido Socialista bem como por um eleito do Partido Social Democrata que alegaram que a lomba não seria a melhor opção.

Assim o CDS-PP volta a apresentar nova "Recomendação" tendo em vista a protecção daqueles que diariamente se confrontam com a

inercia das autoridades tendo em vista uma solução que minimize o perigo causado pelos condutores de veículos motorizados que circulam em muitos casos a alta velocidade.

Embalados pela descida vindos da Rua Azevedo Neves, muitos condutores perdem a noção de circulação em segurança.



Perspectiva descendo a Rua Azevedo Neves em direção da Rua das Laranjeiras gerado pelas acessibilidades de circulação viária.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que a passadeira supracitada seja alterada a sua localização descendo dois metros no sentido do interior da Rua das Laranjeiras, alvo de uma rápida intervenção de pintura, finalmente mas não menos importante a introdução de sinais luminosos com radar associado permitindo assim que a velocidade seja controlada e os infratores penalizados.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria

Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Extraordinária, Lisboa, 20 de Março de 2018

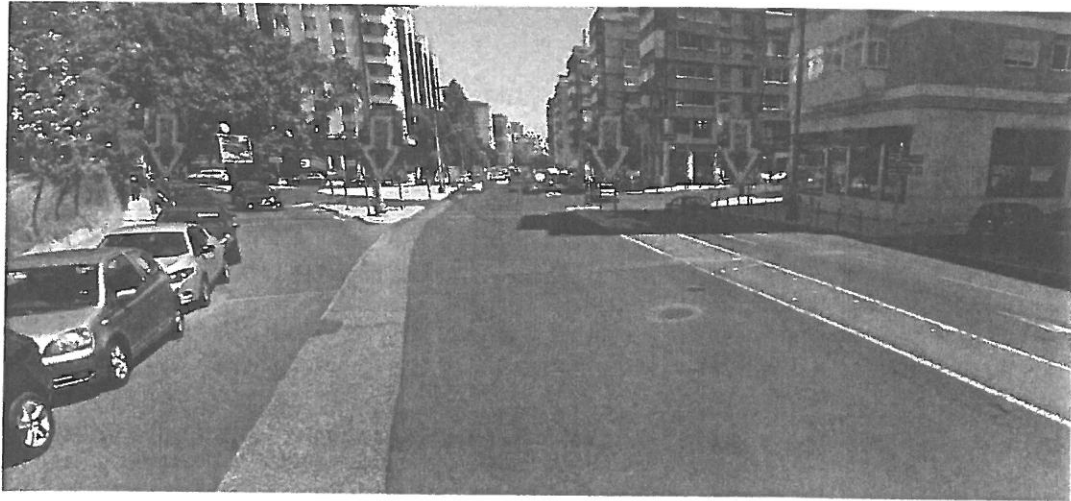
“Rebaixamento dos passeios. Estrada das Laranjeiras”



Quem desce a Rua dos Soeiros em direcção da estrada das Laranjeiras e pretende atravessar para a Rua Tomás da Fonseca ou vice-versa, confronta-se com a realidade dos passeios não estarem rebaixados.

Importa dizer que este acesso é percorrido por milhares de pessoas diariamente. Inclusivamente existe uma paragens de autocarros que é utilizada por centenas de pessoas.

São muitas as pessoas que diariamente passam por este local e confronta-se com limitações motoras nomeadamente de cadeiras de rodas ou de muletas.



(Estrada das Laranjeiras)

Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que os passeios assinalados sejam rebaixados permitindo assim um melhor acesso aos peões com mobilidade reduzida que por ali passam diariamente.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por maioria

Recomendação

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão extraordinária de 20 de Maio de 2018

“Rua Roberto Duarte Silva vs buraco”

Na sequência de uma visita dos autarcas do CDS-PP à Rua Roberto Duarte Silva, constata-se o problema que expomos a esta Assembleia.

Na Rua Roberto Duarte Silva encontra-se uma caixa retangular aberta e sem proteção. Esta situação é perigosa tendo em conta que coloca em risco a integridade física de quem por ali passa.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 20 de Março de 2018, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que no buraco seja colocada uma grelha ou tampa para tapar o buraco.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Anabela Lucas, Ana Paula Almeida, Ana Tavares

Aprovada por unanimidade



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE SAUDAÇÃO

8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Considerando que:

- (i) No dia 8 de março celebra-se o Dia Internacional dos Direitos das Mulheres. Neste dia, evocam-se e atualizam-se as lutas travadas por tantas mulheres, em todo o mundo e ao longo de décadas, defendendo direitos civis, laborais e sociais, à educação, à autodeterminação e à liberdade sexual. Defendendo dignidade e justiça, muitas vezes, perdendo a vida nesses processos;
- (ii) Em 1910, Carla Zetkin sugeriu, na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que o Dia 8 de março fosse considerado o Dia da Mulher. Desde então, este dia foi sendo celebrado em diversos países e, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinalou pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher;
- (iii) Tantos anos após a primeira vez em que este dia foi celebrado, a sua pertinência mantém-se. Refira-se, por exemplo, que a taxa de alfabetização das mulheres no mundo continua a ser inferior à dos homens (80% por contraponto a 89% dos homens) ou que cerca de 700 milhões de mulheres casaram antes dos 18 anos de idade, sendo que cerca de 1/3 destas mulheres casou com menos de quinze anos de idade. (in Beijing+20 da ONU);
- (iv) Em Portugal, as desigualdades são também bem patentes. As mulheres continuam a receber salários mais baixos do que os homens: em média, ganham menos 16,7% de salário base (e menos 20 a 28% de salário, se tivermos em conta os ganhos relativos a prémios e bónus), o que significa que precisam de trabalhar mais 2 meses por ano

para ganharem o mesmo (dados da CITE). Das pessoas que ganham o salário mínimo nacional, 53,6% são mulheres;

- (v) Cinco profissões são responsáveis por 37,3% do emprego feminino, sendo elas: trabalhadoras de limpeza, vendedoras em loja, empregadas de escritório, professoras do ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário, trabalhadoras de cuidados pessoais nos serviços de saúde (Dados do Instituto Nacional de Estatística – INE);
- (vi) Por outro lado, os lugares de chefia continuam masculinizados. De facto, das 220 pessoas que compõem os conselhos de administração das empresas do PSI-20, só 33 são mulheres, o que representa 15% do total.
- (vii) As mulheres são mais afetadas pela precariedade laboral, pelo desemprego e pela pobreza (sabe-se que uma em cada cinco mulheres é pobre). Além disto, continuam a suportar uma dupla jornada de trabalho, e a conciliação da vida familiar e profissional continua a ser encarada como uma responsabilidade que incumbe mais à mulher.
- (viii) As mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica, sexual e de género persistindo a situação ignóbil das mulheres mortas pelos seus atuais ou ex-companheiros. Segundo dados da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e do Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA), entre 2004 e 2016 registaram-se 428 homicídios e 497 na forma tentada. Em 2017, foram verificados 1,6 homicídios por mês, e 23 foram vítimas de tentativa de homicídio no mesmo ano;
- (ix) No que respeita à atividade política, a participação de mulheres tem ainda um longo caminho a percorrer. Vejamos, por exemplo, o resultado das eleições legislativas de 2015, que apenas cumpre os mínimos determinados pela Lei da Paridade: com uma taxa de 34%, em 230 lugares, há apenas 76 deputadas eleitas.
- (x) As políticas locais não podem ignorar esta realidade. Por mais que a lei tenha avançado, as mulheres continuam a ser vítimas de violência e de estereótipos ultrapassados - vítimas da dupla jornada de trabalho, da precariedade, das violências de género, de crimes sexuais; vítimas, ainda, de múltiplas formas de

discriminação como o racismo, a xenofobia e a negação do direito fundamental à autodeterminação de género e sexual, entre outras;

(xi) Quando o assédio, nas suas múltiplas formas, a violência doméstica, o medo da violação ou o sentimento de insegurança, o preconceito e a exploração laboral marcam ainda o quotidiano de tantas mulheres, jovens e crianças, é a experiência da liberdade, o direito à autonomia, à mobilidade e à autodeterminação que lhes são negados;

O Dia 8 de março é o Dia Internacional dos Direitos das Mulheres

No Dia 8 de março, celebram-se e reafirmam-se as lutas feministas..

A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 20 de Março de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Saudar o Dia Internacional dos Direitos das Mulheres e apelar à participação em todas as comemorações e iniciativas associadas a esta celebração, agendadas para este dia e no mês de março, por todo o país;
2. Saudar todas as lutas, organizações e movimentos feministas;
3. Saudar todas as pessoas que ativa e empenhadamente lutam por uma sociedade mais igual, mais justa e contra todas as discriminações.

Lisboa, 20 de março de 2018

Pelo/a representante do Bloco de Esquerda,



Aprovado por unanimidade.



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

MOÇÃO

Projeto de requalificação da Praça de Espanha

Considerando que:

A exposição presente até dia 28 de fevereiro na Fundação Calouste Gulbenkian, com o título “9 Ideias – Parque Praça de Espanha” dá a conhecer os projetos que foram apresentados por diversos gabinetes de arquitetura, na sequência de um concurso de ideias aberto pela Câmara Municipal de Lisboa. Os projetos tinham de observar os termos de referência da Unidade de Execução da Praça de Espanha, objeto de aprovação camarária em 29 de junho de 2016.

O que significa que tais projetos se encontravam limitados e condicionados desde o início pela conceção previamente definida pela Câmara para aquela Praça. Ou seja, há antes de mais de apontar quais os problemas suscitados pela Unidade de Execução já que os mesmos não podem ser resolvidos por qualquer projeto por mais criativo que ele se apresente.

Sucintamente, podem apontar-se os seguintes constrangimentos e distorções:

- 1) Inversão de prioridades na definição da Unidade de Execução que diz pretender criar um novo Parque Urbano quando, na realidade, o que dela resulta é a viabilização de determinado número de metros quadrados de construção para escritórios, os quais é necessário justificar com o ajardinamento do espaço sobrance;
- 2) Nem sequer se pode dizer que haja a criação de uma nova centralidade orientada para os serviços (v. texto introdutório da exposição “9 Ideias – Parque Praça de Espanha”) já que não existe qualquer articulação entre os edifícios previstos construir, nem se vislumbra subjacente um determinado conceito bem definido;
- 3) A introdução de edifícios de grande impacto visual numa zona residencial (8/10 pisos no Bairro do Rego/Av. Santos Dumont/ Av. de Berna e 20/25 pisos na Av. Columbano Bordalo Pinheiro) provoca alterações profundas na vivência dessas zonas residenciais e afeta a circulação e estacionamento;
- 4) Qualquer projeto de Parque Urbano em que se queira transformar a Praça de Espanha tem necessariamente de tomar em consideração a Fundação Gulbenkian e o seu jardim, por forma a estabelecer uma ligação física aberta e continua entre os dois parques;

5). Há que extravasar os muros do Jardim da Fundação Gulbenkian replicando a qualidade estética, ambiental e de fruição deste no novo Parque Urbano. O que é tanto ou mais necessário quanto é certo que os jardins da Gulbenkian se encontram já sobreocupados;

6) Em vez da criação de uma nova centralidade de escritórios - que nem sequer é uma "centralidade" dada a falta de articulação entre os edifícios - melhor será procurar desenvolver um verdadeiro polo cultural aglutinador dos diversos espaços já existentes (Palácio Palhavã, Fundação Gulbenkian, Teatro Aberto, Comuna- Teatro de Pesquisa);

7) Há, pois, que mudar de paradigma e pôr de lado a ideia da criação de uma nova "centralidade" de escritórios para optar pela conceção de um verdadeiro Parque Urbano;

8) A solução agora proposta não consegue resolver o problema do tráfego que, apesar de deixar de circular numa placa giratória, é concentrado em dois eixos com 6 e 8 faixas (Av. Columbano Bordalo Pinheiro/ Av. Santos Dumont e Av. Calouste Gulbenkian/ Av. Berna) atravessados por um eixo mais largo que, em determinado troço, chega a atingir 10 faixas de rodagem (Av. António Augusto de Aguiar/ Av. dos Combatentes) com tudo o que isso acarreta de ruído, poluição e desconforto;

9) A freguesia de São Domingos de Benfica irá, de acordo com o projetado, encontrar na Praça de Espanha uma fronteira com o resto da cidade;

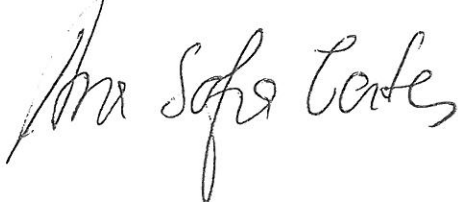
A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 20 de Março de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, recomendar à Junta de Freguesia:

1). Que promova apresentação e discussão dos projetos previstos para a requalificação da Praça de Espanha nesta Assembleia de Freguesia, a tempo de influenciar o debate e a decisão nos órgãos municipais.

Lisboa, 20 de Março de 2018

Pela representante do Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes



Aprovada por maioria.



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Moção

Foi realizado no verão passado uma consulta pública sobre o novo zonamento na freguesia, para implementar o estacionamento tarifado. para implementar o estacionamento tarifado. A esmagadora maioria da população nada sabe do resultado da consulta pública e da posição do executivo da Junta de Freguesia. Muito poucos receberam a respetiva informação, que mostra que a CML, praticamente, não teve em conta os comentários de quem respondeu à consulta. Do mesmo modo se pôde ver que a Junta assinou por baixo! Verifica-se também que a EMEL está a proceder. Do executivo da Junta de Freguesia e do resultado da consulta pública nada se sabe, ou aliás, sabe-se que a EMEL está a proceder a marcações de estacionamento em toda a freguesia.

Mais uma vez este executivo ignora a população e pactua com a EMEL estendendo agora o estacionamento tarifado, nomeadamente no eixo da Estrada de Benfica.

É com desagrado que o BE vê toda esta situação e, particularmente esta entrada da EMEL, numa zona carenciada de estacionamento e que vai ser agravada com a implementação do estacionamento tarifado, e vai reduzir drasticamente os lugares disponíveis para os residentes e comerciantes.

Nem a Junta nem a CML se preocuparam em criar mais alternativas de estacionamento, só estando interessadas em cobrar mais taxas de estacionamento.

Vem assim o BE propor que seja suspensa a expansão do estacionamento tarifado na freguesia e que seja ouvida a população sobre o assunto e estudadas alternativas, com vista a aumentar o número de lugares legais de estacionamento.

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes

Rejeitada.